



ÁREA TEMÁTICA: Classes desigualdades e políticas públicas

Pluralidade da relação com o trabalho em contexto de pobreza

DIOGO, Fernando

Sociologia do Desenvolvimento

Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores

fdiogo@uac.pt

Resumo

Na nossa sociedade, o trabalho é o factor individual com mais peso para definir o lugar da pessoa na estrutura social e, simultaneamente, um dos factores mais importantes na definição da identidade social.

No caso dos indivíduos em situação de pobreza (especificamente dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, RSI), a forma como se relacionam com o trabalho apresenta algumas particularidades que a singularizam. Desde logo, sobressaem a escassez de formação escolar e profissional, a precariedade no emprego (e a questão dos vínculos em geral) e o tipo de actividades laborais a que têm acesso.

Estas singularidades são tanto o resultado de percursos de vida marcados pela incerteza face ao futuro e pela escassez de recursos escolares e monetários como da influência da estrutura do mercado de emprego nas oportunidades de trabalho destes indivíduos. Nesta comunicação, através dos dados do RMG/RSI e estatísticas oficiais, procuramos mostrar como as características dos indivíduos são condicionadas pela especialização económica e seus efeitos no mercado de trabalho no espaço da Região Autónoma dos Açores.

Palavras-chave: Pobreza; trabalho; RMG/RSI; políticas públicas





1. TRABALHO E POBREZA

No caso dos indivíduos em situação de pobreza (especificamente dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, RSI), a forma como se relacionam com o trabalho apresenta algumas particularidades que a singularizam. Desde logo, sobressaem a escassez de formação escolar e profissional, a precariedade no emprego (e a questão dos vínculos em geral) e o tipo de actividades laborais a que têm acesso.

Estas singularidades são tanto o resultado de percursos de vida marcados pela incerteza face ao futuro e pela escassez de recursos escolares e monetários como da influência da estrutura do mercado de emprego nas oportunidades de trabalho destes indivíduos. Neste sentido, uma questão que se coloca é a de qual o efeito desta política de apoio social na relação com o trabalho dos seus beneficiários.

Nesta comunicação, através dos dados do RMG/RSI e estatísticas oficiais, procuramos mostrar como as características dos indivíduos são condicionadas mais pela especialização económica e seus efeitos no mercado de trabalho no espaço da Região Autónoma dos Açores (RAA) do que pelas acções desta medida de apoio social.

Sendo a pobreza uma realidade omnipresente em Portugal existe pouca informação sistematizada sobre o problema e, no que respeita aos Açores, menos aindaⁱ. Além disso, a maioria dos estudos realizados não aprofundam a forma como esta categoria social se relaciona com o universo do trabalhoⁱⁱ.

Assim sendo, esta comunicação procura conciliar a sistematização das informações existentes sobre esta questão no espaço geográfico constituído pelas ilhas açorianas com reflexões teóricas. A RAA apresenta, no contexto do país, algumas condicionantes que acabam por marcar a sua sociedade e influenciar decisivamente a forma como a pobreza se configura neste espaço.

Além disso, a fragmentação do território regional em nove pedaços de tamanho muito diverso e a sua distância do continente europeu são características que marcam decisivamente a sociedade insular tornando-a um conjunto de micro-espacos sociais e económicos onde as oportunidades não abundam e onde é muito fácil sofrer de exclusão social, dado que o relativo anonimato social associado às grandes densidades populacionais não existe.

Quando se fala em insularidade, não se pode ter em atenção apenas a distância do arquipélago ao resto do país e à Europa, é preciso também pensar na pequenez dos mercados, na ausência de oportunidades e na impossibilidade de começar de novo fugindo ao constante julgamento dos outros.

Sendo esta comunicação sobre várias influencias relacionadas com a produção da pobreza, este é um primeiro conceito a definir, tanto mais que a ligação entre economia e pobreza nem sempre se traduz numa boa compreensão da realidade.

As definições de pobreza que se centram exclusivamente na questão financeira, ou em aspectos dela derivados como o consumo, pecam por recortar conjuntos de indivíduos simultaneamente arbitrários e heterogéneos (Glewwe e Van der Gaag, 1989: 2 e Townsend, 1993: 86), mesmo quando se realizam esforços para contornar as principais dificuldades das definições mais simples, como é o caso de Townsend (1993)ⁱⁱⁱ. Quer dizer, a pobreza não é definível no imediato, dado que é um elemento de descrição categorial da realidade que respeita, simultaneamente, aos valores e representações dos indivíduos e aos processos de categorização com que os mais variados tipos de cientistas sociais procuram descrever a realidade, muitas vezes com efeitos performativos de grande perversidade social. Trata-se, pois, de um conceito polissémico.

Consideramos, na esteira de Ogien (1983: 18 ss), que os processos de categorização que os indivíduos usam para compreender, descrever e agir sobre o que os rodeia, é algo a ter em conta no



processo de construção do conhecimento sociológico. Não basta realizar a ruptura epistemológica, no sentido de desconstruir as noções de senso comum, construindo outras com uma maior capacidade heurística sobre a realidade. As categorizações do senso comum, pelo menos no que respeita às ciências sociais, são parte importante da realidade social que se procura compreender.

Por sua vez, as categorizações que os cientistas sociais (e os técnicos) utilizam nas suas representações do social, podem ter como efeito sobre esta a possibilidade de contribuírem para definir e, até, fixar o fenómeno ou processo que procuram descrever de uma forma “neutra”, dado que se fundam em juízos relativos à distância dos indivíduos face a padrões sociais arbitrariamente definidos (Ogien 1983: 18 e Paugam: 1991: 18/25). Este parece ser o caso do termo pobreza que, qualquer que seja o seu princípio definidor concreto, recorta uma categoria social tornada mais real aos olhos de todos pela sua legitimação científica^{iv}.

Além disso, falar de pobreza é, à partida, assumir um conceito que coloca o ónus da desigualdade nos indivíduos. Quer dizer, este conceito acaba por ocultar o facto das desigualdades sociais se iniciarem e perpetuarem através de processos sociais que, em boa parte, escapam ao controlo dos indivíduos que por eles são afectados. A dimensão relacional da pobreza^v acaba por ser ocultada por uma noção que remete para um processo que se limita a enfatizar a má classificação das características dos indivíduos em relação a um conjunto de escalas sociais mais ou menos implícitas.

É com base nesta dupla perspectiva que consideramos a pobreza como uma forma que os indivíduos encontraram para se classificarem uns aos outros, com efeitos ao nível da identidade social e da estratificação social, e, *ao mesmo tempo*, como algo que permite categorizar e caracterizar os indivíduos que se encontram em situações variadas de escassez de recursos.

Em relação a este último aspecto, mobilizamos aqui a utilíssima noção de Bourdieu (1979a e 1979b), relativa à sua analogia entre capital económico e outros tipos de recursos, com a vantagem de salientar a dimensão relacional deste processo. Neste sentido, consideramos que o aspecto central de ser pobre é, inegavelmente, ter pouco dinheiro para assegurar a sua sobrevivência física e social, mas também é ter poucos recursos sociais, culturais e simbólicos na luta individual e grupal pelo posicionamento na sociedade e pelo acesso aos recursos e à sua classificação simbólica, muito embora, as situações concretas possam não acumular a falta de todos os recursos elencados.

Em síntese a utilização do conceito de pobreza não pode ser vista apenas como um instrumento auxiliar ao trabalho de percepção da realidade desenvolvido pelas ciências sociais nem como um instrumento de classificação da realidade que é usado pelos actores sociais nas suas lutas de construção social da realidade, mas como algo que é as duas coisas ao mesmo tempo.

2. DEMOGRAFIA DO RSI-RMG

No caso específico da Europa, em particular na Ocidental, o pós-guerra apresenta-se como um marco fundamental na transformação das suas sociedades. O desenvolvimento económico por um lado, e a ameaça comunista soviética, por outro, possibilitaram e exigiram a construção de medidas sociais de promoção e protecção dos indivíduos cujo conjunto conhecemos como Estado Providência.

Contudo, as transformações económicas e sociais que se começaram a acumular após o primeiro choque petrolífero em 1973 levaram a que, sobretudo a partir dos anos 90, se tenha tido de reequacionar e colocar em causa os princípios e o papel do Estado Providência. As dificuldades são, basicamente, duas: uma crise financeira, sobre a qual não falaremos, mas também uma crise de legitimidade, como nos diz Medina Carreira (1996). Salientemos duas questões nesta crise de legitimidade, por um lado, os Estados Providência europeus foram incapazes de erradicar a pobreza num contexto de prosperidade económica



impar na história da humanidade e num período de crescimento económico quase sem paralelo, além disso, as transformações da economia e da sociedade vieram acrescentar a estes esquecidos do crescimento novas formas de pobreza a que, nos países francófonos, se começou a chamar excluídos.

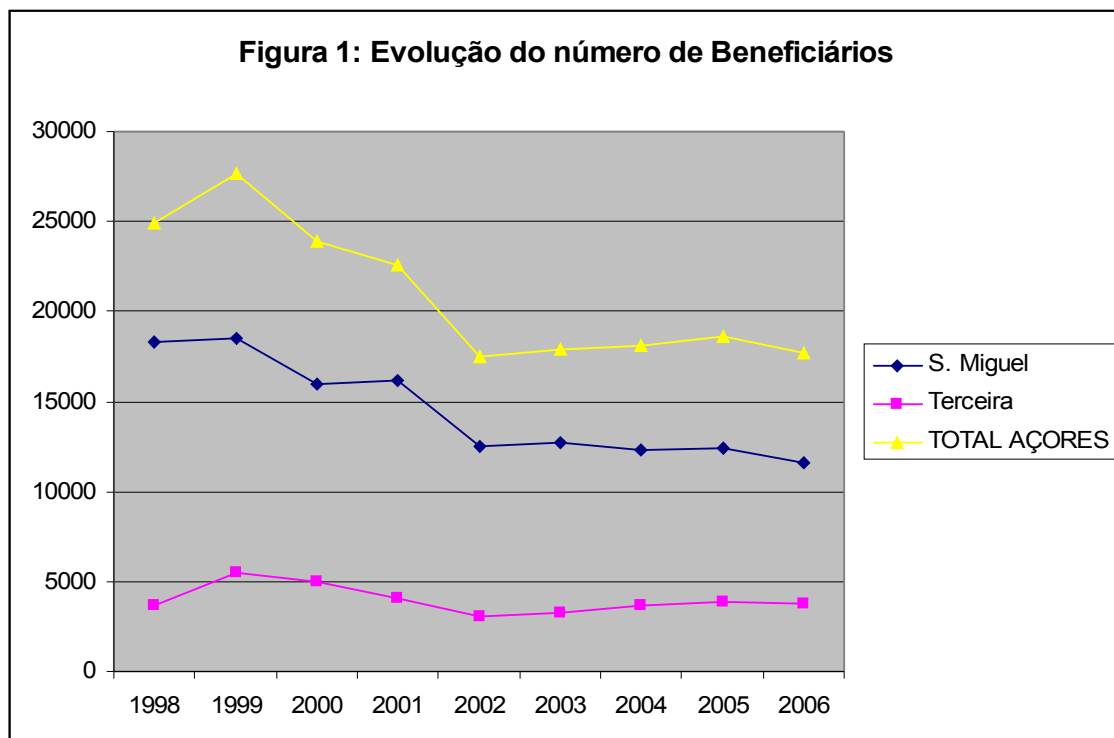
Por outro lado, os teóricos neo-liberais, em especial nos EUA e na Grã-Bretanha, apontaram os benefícios fornecidos pelo Estado Providência como uma forma de desincentivar as pessoas de trabalharem e de, dessa forma, criarem uma casta de dependentes do Estado, situação que reputaram como moral e economicamente insustentável.

Neste contexto, durante a primeira presidência europeia portuguesa, em 1992, foi assinado um documento que recomendava aos estados membro a adopção de uma nova política social de combate à pobreza e à exclusão social^{vi}. No entanto, só em 1995 se assistiu em Portugal à implementação da medida, tendo sido, a este propósito, o penúltimo país da Europa comunitária^{vii} a fazê-lo.

Contudo, nas eleições para a Assembleia da República que se seguiram à demissão do Eng. António Guterres, foi bandeira de campanha do CDS/PP a modificação do RMG (Rendimento Mínimo Garantido), considerando que este estava pejado de fraudes e incentivava a preguiça, aspectos que os dois partidos da coligação governamental, saídos dessas eleições, reafirmaram nos sucessivos debates que marcaram o acidentado percurso de transformação do RMG em RSI (Rendimento Social de Inserção)^{viii}.

Foram estas as condicionantes políticas que deram origem a uma medida de cuja evolução daremos de seguida conta para os Açores.

O primeiro indicador e o mais importante para definir a população em causa, diz respeito ao número de beneficiários existente (figura 1). Podemos ver que há um pico de beneficiários em 1998 seguido de uma quebra até 2002 e, posteriormente, por um período mais ou menos estável, em subida até 2005, com uma pequena quebra desse ano para 2006.

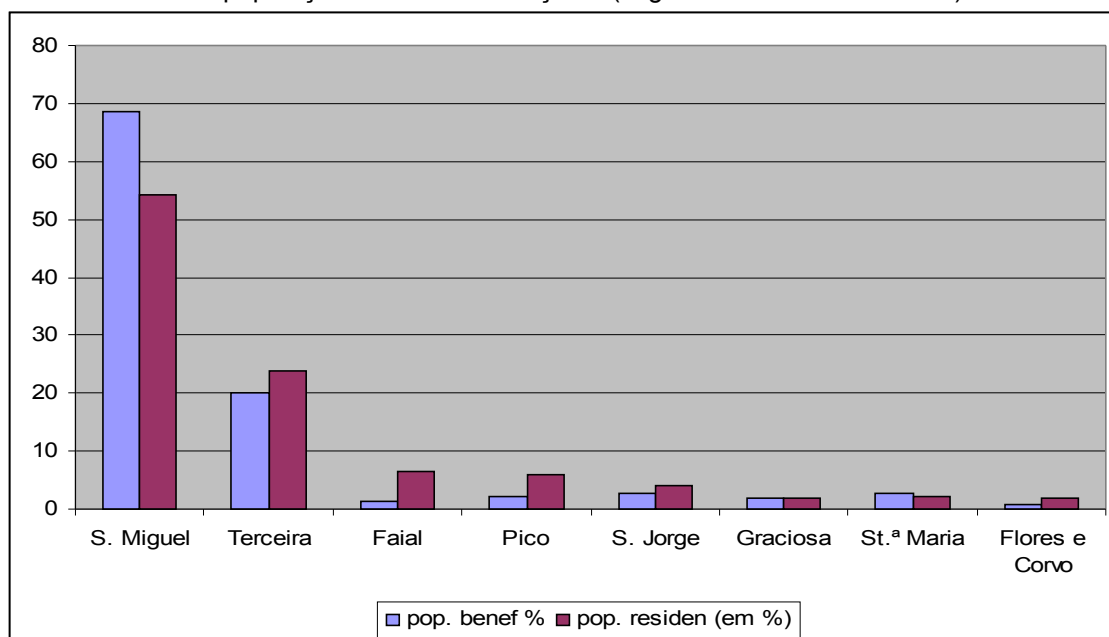


Fonte: Estatísticas da Segurança Social



Saliente-se que em 2006 os cerca de 18 mil beneficiários existentes correspondem a 7.3% da população dos Açores, num contexto de bom clima económico na região e de baixa taxa de desemprego. Este peso percentual mostra bem que o problema da escassez de rendimentos na RAA não está associado ao desemprego e faz antever um maior número de casos numa situação de crise económica, algo que inevitavelmente virá.

Figura 2: Comparação entre a população beneficiária em (2002) e a população residente nos Açores (segundo os censos de 2001)



Fonte: Base de dados do IAS (2002) e censos do INE (2001)

Contudo, tenha-se em atenção que o RMG/RSI está distribuído pelas diferentes ilhas de forma muito desigual.

Recorremos a um estudo que fizemos com dados do RMG de 2002, e, numa comparação do peso de cada ilha nas estruturas da população beneficiária e da população residente, o caso de S. Miguel releva-se como singular em relação às outras (Diogo, 2003).

Com efeito, esta ilha assume a parte de leão do RMG/RSI na Região. Mais do que isso, assume uma parte proporcional e significativamente maior do que o seu peso demográfico: se em relação à população residente S. Miguel representa sensivelmente metade dos efectivos da Região, já no que ao RMG diz respeito esse valor sobe para dois terços. Todas as outras ilhas apresentam como característica um menor peso no RMG em comparação com o da população residente, com a excepção de Santa Maria, que apresenta um valor ligeiramente superior.

Se a S. Miguel juntarmos a Terceira podemos observar que estas duas ilhas representam a grande maioria dos efectivos da Região, entre 87 e 90%, consoante os anos. Em sentido inverso temos o Faial, onde peso do número de beneficiários é cinco vezes menor do que o peso do número de residentes nas respectivas distribuições, e o Pico, onde esse valor é três vezes menor nos beneficiários do que nos residentes.

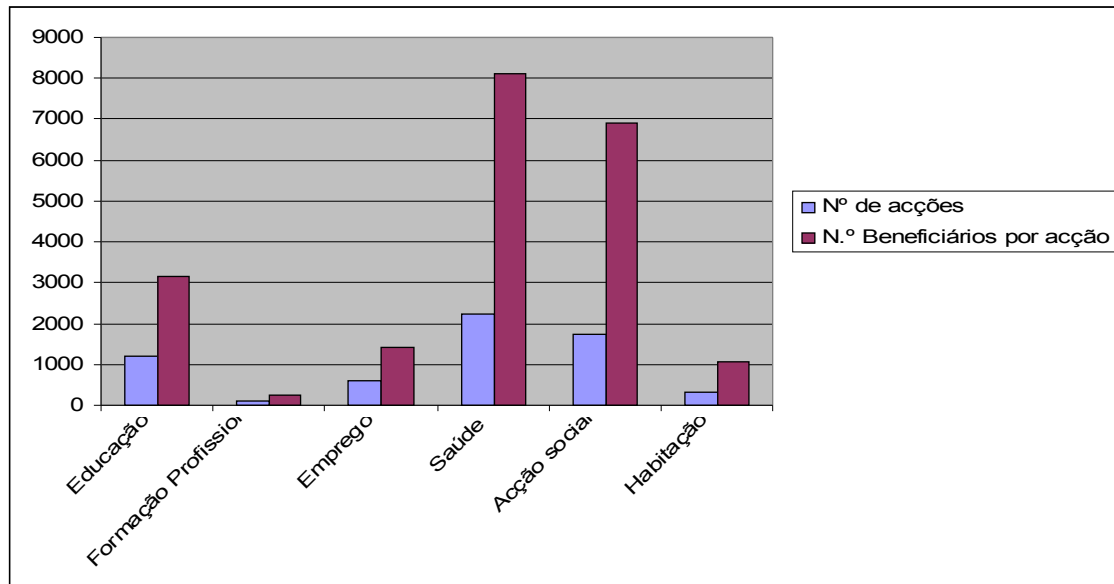
Quer dizer, a fragmentação do território nos Açores esconde uma distribuição da pobreza, vista através do RMG/RSI, que é profundamente assimétrica.



Uma das questões centrais que se coloca com mais acuidade no que respeita a esta medida é a da sua eficácia social na resolução dos problemas que se propõe combater. Os seus críticos salientam as suas debilidades, enquanto os seus defensores enfatizam a sua capacidade de minorar sofrimentos e fazer sair os indivíduos de situações que não conseguiriam resolver por si sós. Um ponto de grande delicadeza política e social é a relação dos beneficiários com o mercado de trabalho.

Assim, no primeiro semestre de 2007 existem 4916 processos activos dos quais 4055 envolvem acções de inserção, o que corresponde a uma taxa de cobertura de 83%.

Figura 3: Processos e Beneficiários por área de inserção



Fonte: Estatísticas da Segurança Social

No que respeita às áreas concretas de inserção que envolvem os beneficiários, podemos observar que há duas que se destacam das restantes, a Saúde e a Acção Social, seguidas de longe por uma terceira, a Educação.

De notar, contudo, que as áreas de inserção que respeitam à relação dos adultos activos com o universo do trabalho (categorias emprego e formação profissional) são, precisamente, as que apresentam menor número de ocorrências.

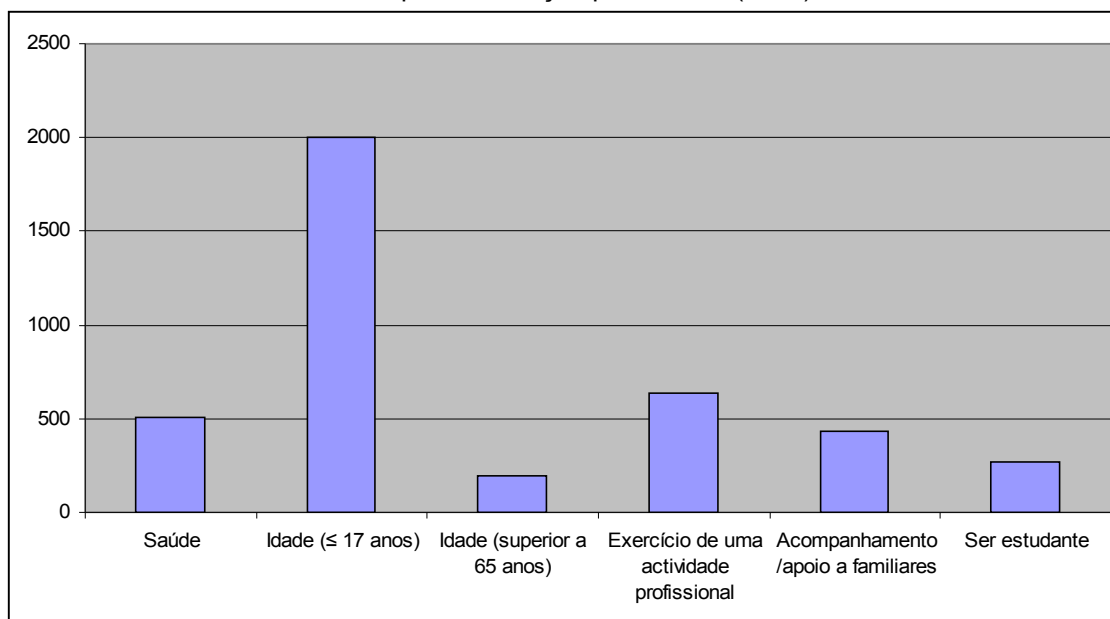
Como interpretar estes dados? O RMG/RSI é por nós considerado um programa de dois passos em que o primeiro, correspondendo à prestação, pretende dar aos indivíduos condições mínimas de subsistência e o segundo, correspondendo à inserção, procura criar condições para que, através do trabalho dos adultos em idade activa, as famílias ganhem condições financeiras para se autonomizar da medida (Diogo, 2007). No entanto, a maioria dos indivíduos não está em acções de inserção nas áreas directamente relacionadas com o universo do trabalho.

Em primeiro lugar, é preciso não esquecer as idades dos indivíduos em causa. Metade está em idade escolar (Mais concretamente 49%) e mesmo os que estão em idade activa podem ser estudantes.

Assim, a não permanência em acções de inserção pode ser melhor analisada através de uma das variáveis disponibilizadas pelo aparelho estatístico que acompanha a medida: os motivos pelos quais se dispensam indivíduos em idade activa de disponibilidade para a inserção profissional. É o caso de 4045 beneficiários, correspondendo a 23% dos 17698 existentes em 2006.



Figura 4: Motivos de dispensa de disponibilidade activa para a inserção profissional (2007)



Fonte: Estatísticas da Segurança Social

Neste caso, o principal motivo de dispensa é o ter uma idade igual ou inferior a 17 anos. Note-se que permissão legal de trabalho aos 16 anos é só apenas para os que conseguem atingir o 9º ano.

Segue-se o facto de 18% dos beneficiários já desenvolverem uma actividade profissional. Esta categoria remete-nos para o facto de receber esta prestação de apoio social não ser incompatível com o exercício de uma actividade profissional remunerada, o que levanta as questões relacionadas com os trabalhadores pobres: rendimentos de trabalho, qualificações e vínculos.

Em terceiro lugar, surge o acompanhamento ou apoio a familiares, aqui destacamos a ideia de que entre os beneficiários do RMG/RSI são sobretudo as mulheres as cuidadoras dos seus familiares. Além disso, remete-nos para as questões relativas à taxa de actividade feminina, e também para a concepção da distribuição dos papéis familiares, mais baseada em papéis indiferenciados ou em papéis especializados.

Como se distribuem os indivíduos nas acções de formação profissional e de emprego? No primeiro caso, os 234 casos aí considerados foram encaminhados para vários tipos de formações profissionalizantes, Já no que respeita ao segundo, o ecletismo das soluções oferecidas é maior. Desde logo, destaque-se a colocação directamente em emprego de 260 indivíduos. Contudo, a maioria dos casos concentra-se na sub-categoria “orientação e informação profissional”, correspondendo ao trabalho dos centros de emprego com os desempregados à procura de emprego.

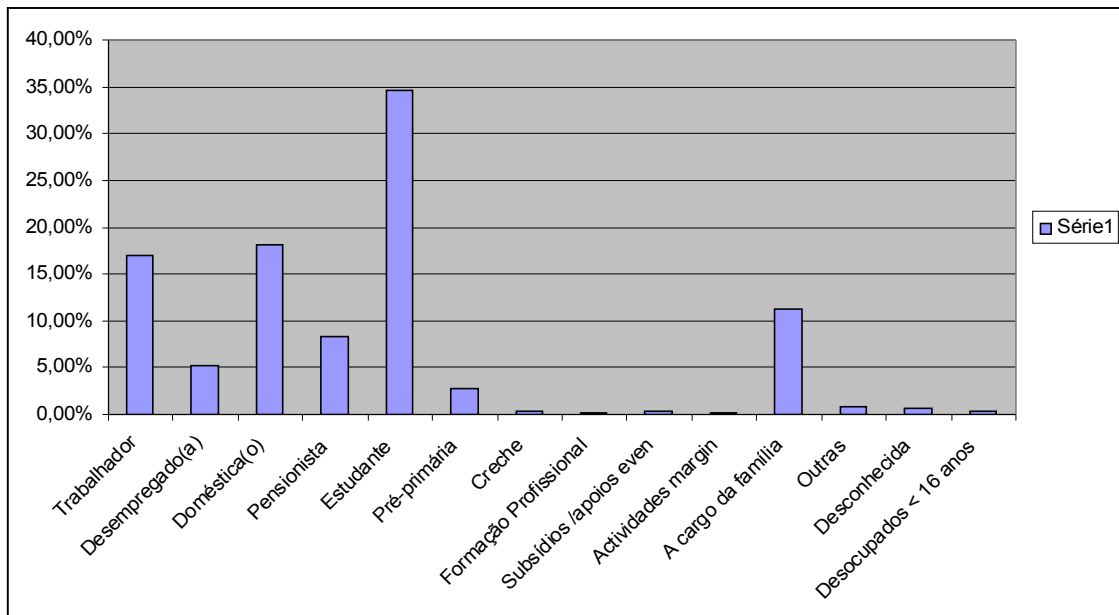
Note-se, a este propósito, que durante a vigência do RSI (ou seja, durante o período de 2004 a 2007) 1061 indivíduos iniciaram uma actividade profissional no âmbito dos acordos de inserção. Contudo, os valores em causa permitem perceber que a relação desta categoria social com o universo do trabalho apresenta algumas especificidades em relação ao que se passa nos contextos sociais de referência onde vivem os indivíduos assim considerados.



3. PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS FACE AO TRABALHO

Para percebermos melhor a forma como se desenha a relação destes indivíduos com o universo do trabalho, em especial a maneira como a especialidade económica açoriana condiciona as oportunidades e contribui para a definição dos destinos dos indivíduos como pobres, aprofundamos a nossa análise recorrendo a uma base de dados que o Instituto de Acção Social dos Açores, entidade responsável pelo RMG/RSI, construiu em 2002, dizendo respeito aos beneficiários existentes na ilha de S. Miguel nesse ano. Pensamos que, as características definidoras dos beneficiários não mudaram significativamente e, dessa forma, que os resultados obtidos são, ainda hoje, representativos dos beneficiários, tanto de S. Miguel, como dos Açores.

Figura 5: Ocupação dos beneficiários de S. Miguel, por categorias da ficha de processo familiar



Fonte: Estatísticas da Segurança Social

Nesta análise, a primeira variável importante é a Ocupação. As categorias mais representadas na variável em causa são as que dizem respeito às idades mais baixas: desde logo, a de Estudante, que com 34,6% é a mais representada no universo, passando por A cargo da família com 11,2%, pelas que indicam a frequência, quer da Creche, quer do Jardim-de-infância (3% no total), e ainda Serviço Militar Obrigatório e Curso de Formação Profissional com valores residuais. Todas estas categorias representam quase metade do total das ocupações.

Os valores seguintes são os de Doméstica e de Trabalhador, respectivamente com 18 e 17%, representando em conjunto 35%.

De notar ainda a presença de 5,2% de Desempregados, valor que é calculado em função do universo. No entanto, se retirarmos os que têm idades inferiores a 19 anos (que são metade do total), verificamos que esta percentagem sobe para o dobro, indicando que a taxa de desemprego entre os

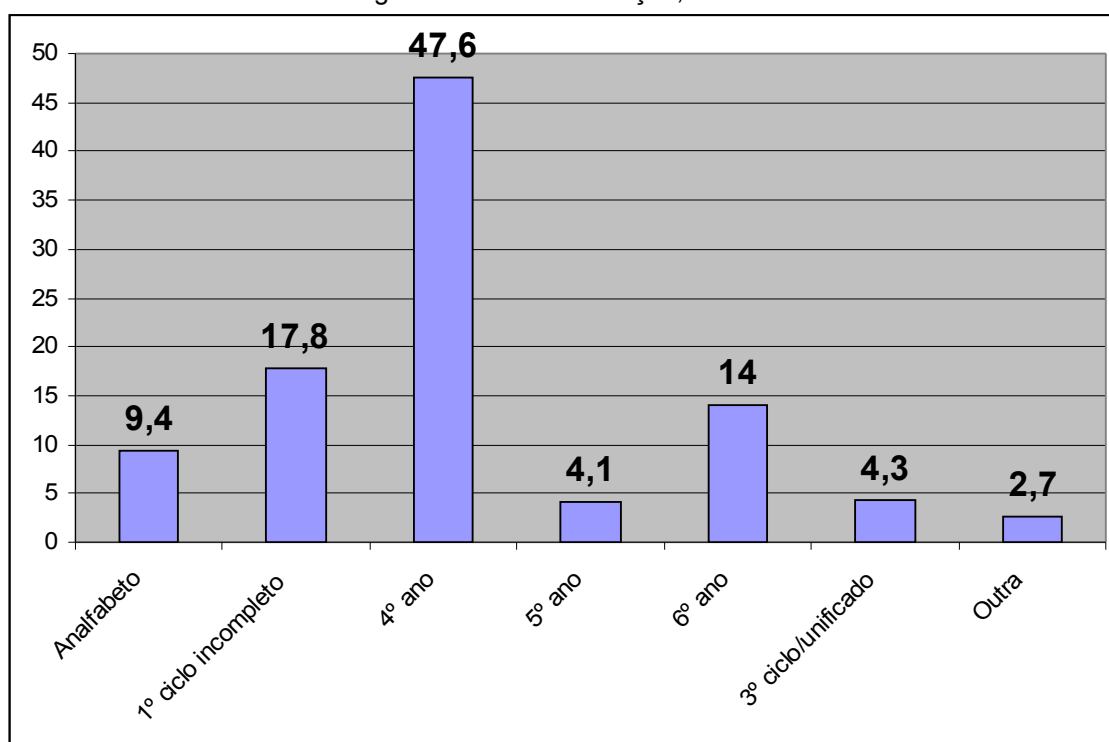


beneficiários do RMG é cerca de cinco vezes maior do que o valor da taxa de desemprego regional. Para o período em que os dados foram recolhidos esta situava-se em 2,3%^{ix}.

Uma primeira conclusão dessa análise é a de que a maioria dos beneficiários não se encontra em idade activa. Contudo, a análise da Ocupação por Sexo permite verificar a grande diferenciação em relação ao trabalho que ser homem ou mulher tem. Assim, não apenas quase quatro quintos dos trabalhadores são homens (79%), como entre os desempregados dois terços são mulheres (62%), situação sensivelmente inversa à constatável entre os pensionistas, onde 70% são homens.

Em resumo, as situações relativas ao trabalho e as derivadas do trabalho (reformas) são maioritariamente masculinas. As situações de afastamento voluntário (domésticas) ou involuntário (desempregados) do trabalho configuram-se como situações sobretudo femininas.

Figura 6: Grau de instrução, activos



Fonte: Estatísticas da Segurança Social

As habilitações, juntamente com as questões relativas ao trabalho e às remunerações, são os indicadores tradicionais quer da classe social, quer (pela sua ausência ou escassez) da pobreza, condicionado decisivamente o acesso as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho.

No caso em análise é visível um elevado número de indivíduos caracterizados pela ausência ou escassez de escolaridade formal. Assim, 75% do total tem o 1º ciclo do ensino básico completo ou menos. Dos outros, 18% têm o 2º ciclo (completo ou não).

Quer isto dizer que 93% dos beneficiários trabalhadores nunca passaram do 2º ciclo ensino básico, mesmo descontando o facto de alguns terem uma idade em que a escolaridade obrigatória era o 9º ano.

Uma análise das habilitações, cruzadas com os grandes grupos de idade, permite verificar que, muito embora a escolaridade tenda a ser maior entre os mais novos a diferença não resulta numa significativa melhoria, quer globalmente, quer nas várias categorias da variável.



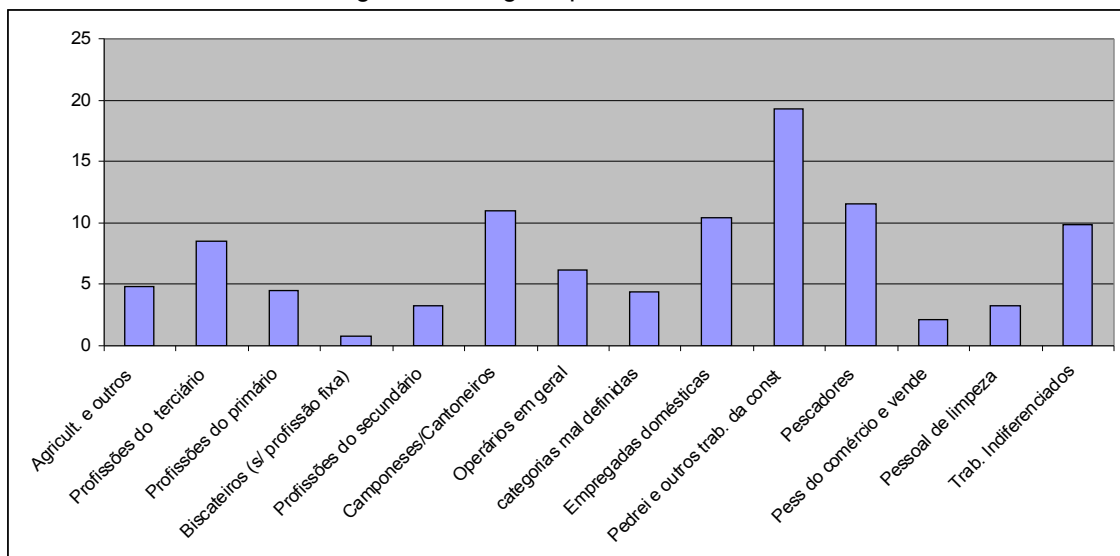
Assim, o 6º ano só se assume como o valor mais relevante da distribuição entre os que têm 19 anos ou menos, dado que representa 30% dos efectivos desta categoria de idades. Mesmo assim, o 4º ano aparece logo a seguir com 26%. Notemos que este valor revela uma grande fragilidade em percursos escolares recentes e terminados.

No grupo de idade seguinte (20 a 29 anos), podemos observar que o 4º ano se constitui como a categoria modal, pois agrega 48% dos indivíduos, verificando-se, desta forma, a tendência nesta população para ter este nível de escolaridade como a escolaridade terminal da sua carreira escolar. Esta lógica aplica-se, ainda, ao grupo de idade seguinte (50 a 64 anos).

Comparando os nossos dados com os referentes à população residente nos Açores com mais de 16 anos (excluindo os que têm mais do que o terceiro ciclo), podemos concluir que o 9º ano é o valor modal para a categoria etária mais nova (16/19 anos) com 40%, ao contrário do que se passa na nossa população. Só no grupo de idades seguinte, 20 a 49 anos, o primeiro ciclo assume essa posição. No entanto, apenas nos grupos de idades que representam os mais velhos a 4ª classe/4º ano (ou menos) se constitui como o valor mais importante das respectivas distribuições (Diogo, 2003).

Desta forma, concluímos que não é devido à existência de maiores habilitações que os mais novos podem “descolar” em direcção a empregos melhor remunerados. Quer dizer, encontrámos um efeito geracional de reprodução da mesma escolaridade entre gerações. Além disso, e relativamente à população em geral, é um efeito de agravamento das distâncias, dado que o aumento sucessivo da escolaridade obrigatória, primeiro para o 6º ano e depois para o 9º, não se reflecte na escolaridade efectivamente alcançada pela nossa população alvo. Não será, pois, por via da escolaridade que os beneficiários do RMG/RSI com menor idade podem aspirar a aceder a um estatuto profissional que contribua para a sua inserção social, pelo contrário.

Figura 7: Categoria profissional, activos



Fonte: Base de dados do IAS (2003)

A análise das profissões desempenhadas é um momento particularmente importante no que concerne à relação destes indivíduos com o mercado de trabalho.

O aspecto mais significativo na análise refere-se ao facto das profissões mais representadas dizerem respeito aos sectores de actividade onde há um maior recurso ao trabalho clandestino (Rodrigues, 1988: 223).



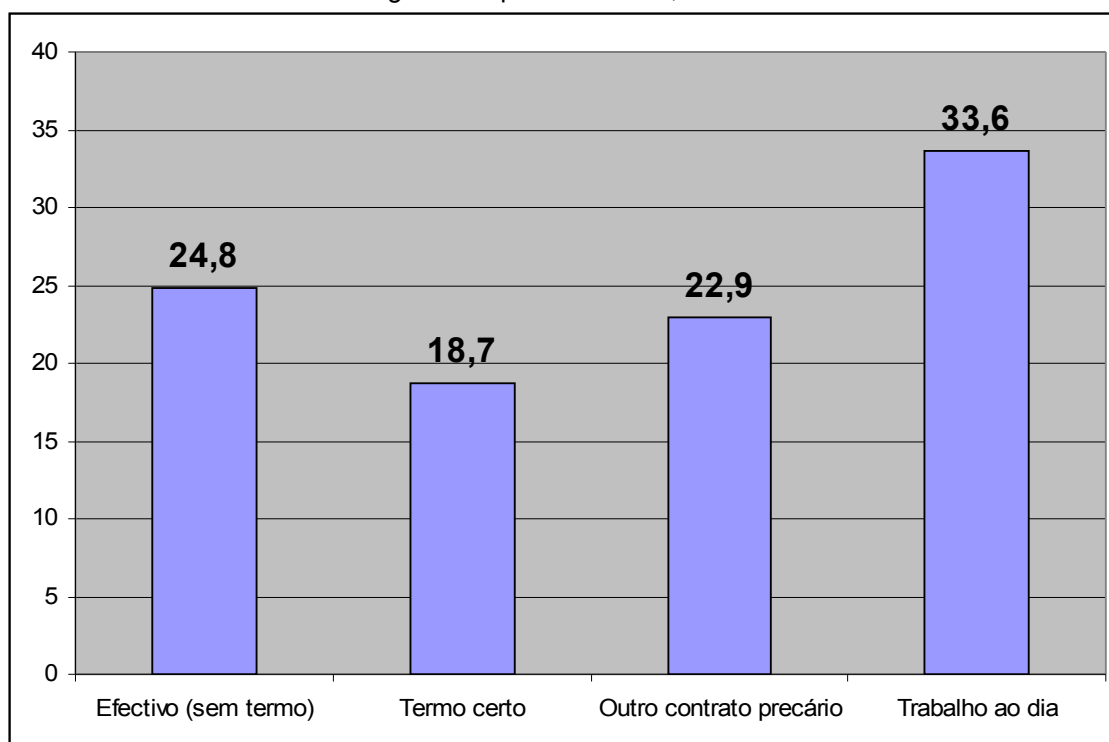
Em primeiro lugar, a categoria mais numerosa é aquela onde estão contidas as profissões de pedreiro e outros profissionais da construção civil. Outras profissões com peso na distribuição da variável, todas na casa dos 10%, são, em primeiro lugar, os Camponeses/cantoneiros, categoria que agrega duas profissões, diferentes.

O camponês é aqui entendido num sentido oposto ao utilizado em Sociologia rural. Com efeito, a designação em causa é a comum nos Açores para proletário agrícola ou trabalhador agrícola por conta de outrem.

Outras profissões com peso entre os beneficiários do RMG são os Pescadores (e o que está em causa são os pescadores artesanais da pesca costeira nos chamados barcos de boca aberta^x), as Empregadas domésticas e os Trabalhadores indiferenciados. As restantes categorias profissionais apresentam valores sensivelmente mais baixos do que as até agora referidas. A terem algo em comum é apenas a desqualificação associada normalmente a este tipo de profissões.

Em resumo, a análise das categorias profissionais permite verificar que estas se caracterizam pela concentração num número relativamente reduzido de áreas de actividade. No entanto, têm em comum a desqualificação, sendo que a maioria delas se pode associar, por um lado, a sectores de actividade que apresentam uma probabilidade acrescida de clandestinidade e, por outro, a situações que envolvem mais penosidade e maior risco.

Figura 8: Tipo de contrato, activos



Fonte: Base de dados do IAS (2002)

Apenas um quarto dos indivíduos se encontra em situações face ao trabalho dentro da norma (contrato sem termo), enquanto os restantes três quartos se encontram em situações variadas de precariedade. Destes, a maioria (um terço do total dos trabalhadores) encontra-se na situação a mais precária possível: "o trabalho ao dia".



A precariedade é a regra no que diz respeito ao vínculo contratual dos beneficiários do RMG que desenvolvem uma actividade remunerada na ilha de S. Miguel. Apenas 25% têm um contrato permanente. Este dado é exactamente o inverso da população açoriana em geral, em que os contratos não permanentes representam 25.8% do total^{xi}.

Mesmo entre os indivíduos em situação de precariedade, os beneficiários do RMG de S. Miguel são os mais precários entre os precários, dado que não desfrutam da relativa protecção social dos contratos a termo certo^{xii}.

4. MERCADO DE TRABALHO NOS AÇORES

As definições dos conceitos que enformam as estatísticas oficiais na área do trabalho e do emprego dificultam sobremaneira esta análise, pois apresentam importantes lacunas face às necessidades de informação teoricamente definidas. Esta ausência de dados utilizáveis para se recortar a relação da pobreza com o trabalho tem origem, quanto a nós, em duas situações diferentes. Em primeiro lugar, no facto de a luta contra a pobreza ser, mau grado as recorrentes declarações de intenções em contrário, uma não prioridade de intervenção estatal e, em segundo lugar, devido ao imperialismo conceptual dos países do centro (Diogo, 2003: 26) na produção de instrumentos estatísticos comparáveis em termos internacionais. Os dirigentes destes países estão mais preocupados com o problema do desemprego que afecta as suas populações do que com a relação com o trabalho dos indivíduos considerados pobres em países semi-periféricos como Portugal. Em relação a este último aspecto, o que está em jogo é a diferença entre as características da pobreza no Norte e no Sul da Europa (Paugam, 1996), em que a associação ao problema do desemprego é muito maior para o primeiro caso, muito embora os desenvolvimentos do desemprego em Portugal nos últimos anos tenha consistido numa forte aproximação às situações dos países do norte.

Os dados que a seguir apresentamos sobre o emprego estão longe de ser satisfatórios para realizarmos uma análise da relação entre este e a pobreza. O único aspecto que pode ser analisado de forma minimamente satisfatória diz respeito ao desemprego, e a análise desta dimensão da relação entre ocupação e pobreza está longe, no caso português, de ser suficiente para compreendermos as principais características do processo social complexo consubstanciado na ideia de pobreza.

Neste sentido, a taxa de desemprego nos Açores, relativa ao primeiro trimestre de 2008, apresenta um valor de 5.6% bem menos que o valor homólogo para o país, 7.6% (SREA, 2008 e INE, 2008). Quer dizer, considerando apenas este indicador indirecto, poderíamos imaginar que a pobreza não é algo que afecta a Região, pelo menos de uma forma importante. No entanto, uma coisa é a taxa de desemprego, outra a taxa de actividade e outra ainda os rendimentos e o estatuto social proporcionado pelos empregos em questão. Uma taxa de desemprego baixa não é incompatível com uma taxa de actividade também baixa (envolvendo um elevado número de situações de inexistência de rendimentos do trabalho) e com a existência de activos a trabalhar que se encontrem em situação de pobreza. Em resumo, a pobreza nos Açores, enquanto problema social e político, não se encontra significativamente associada ao desemprego, dado que este é relativamente residual na Região, embora em relativo aumento. Este é, aliás, um dado que podemos verificar entre os beneficiários do RMG/RSI pois, muito embora a taxa de desemprego seja elevada em relação à taxa da região as pessoas dispensadas de inserção profissional são-no, sobretudo, por causa de já estarem a trabalhar. A conjugação destes dados implica que os indivíduos beneficiários desta medida sejam pobres, na sua maioria, não por causa de uma qualquer situação de desemprego mas devido à forma como se relacionam com o emprego. Contudo, vimos que existem muitas beneficiárias que, estando em idade activa, têm o estatuto ocupacional de domésticas, o que significa menos um elemento do agregado familiar a trabalhar e, logo, menos rendimentos.



A conjugação dos factores acima elencados, pode resultar numa situação em que a uma baixa taxa de desemprego correspondem rendimentos do trabalho relativamente escassos face a outros contextos. Parece ser esse o caso dos Açores:

Assim, a taxa de actividade regional foi de 44.9% no primeiro trimestre de 2005 (SREA, 2005), enquanto que para o país o valor homólogo foi de 52.2% (INE 2005). Esta situação significa que, mau grado a baixíssima taxa de desemprego, a percentagem de residentes que têm uma actividade remunerada e, dessa forma, estão relativamente protegidos dos efeitos da escassez de recursos financeiros, se encontra sensivelmente abaixo da média nacional.

Note-se que uma parte significativa da população activa açoriana se encontra a trabalhar em sectores de actividade que pagam mal e exigem poucas habilitações, relacionados com uma situação face ao emprego caracterizada por formas extremas de precariedade, perigosidade e penosidade^{xiii} e de uma maior associação destas actividades profissionais a situações de pobreza (Branco e Gonçalves, 2001: 20/21), designadamente na agricultura, nas pescas e na construção civil.

Um outro indicador importante para compreender como é que nos Açores a configuração do mercado de trabalho afecta a relação dos beneficiários com o universo do trabalho diz respeito à taxa de actividade feminina. Esta taxa caracteriza-se por ser muito baixa em relação à do país. Assim, em 2005 a taxa nacional era de 47.6%, enquanto a regional se cifrava em cerca de 34.4%, uma diferença de 13.2 pontos percentuais.

Se analisarmos apenas os valores dos Açores, para um período mais prolongado, observamos uma evolução da actividade feminina, no sentido do aumento substancial do número de activas. Assim, em 1970 o peso do emprego feminino na população empregada situava-se nos 11% (Matias, 2000), em 1992 constituía 26.8% da população feminina açoriana e em 2005 esse valor sobe para 34.4%, representando uma diferença de 7.6% em 13 anos. Contudo, esta transformação da taxa de actividade feminina na Região ainda não atingiu um ponto em que ser homem ou mulher seja irrelevante para o posicionamento do indivíduo no mercado de trabalho.

Podemos, além disso, apresentar alguns dados que mostram que a especialização económica dos Açores remete para actividades laborais muito masculinizadas.

Um exemplo, importante pelo seu peso na actividade laboral, é a agricultura, em especial a pecuária. Trata-se de uma actividade marcadamente masculina, ainda mais masculina que a sua congénere no continente.

Rocha *et al.* (1999:87) mostram que o peso das mulheres neste sector de actividade em 1981 e em 1991 não ultrapassava os 2.5%.

Uma recente tese de licenciatura em sociologia defendida na Universidade dos Açores (Pontes, 2006) sobre a lavoura em S. Miguel mostra não apenas esse padrão, como, também, que não existem razões para se pensar numa inversão dessa tendência para as gerações mais novas.

Contudo, numa região como os Açores, com um grande número de activos ocupados na agricultura, seria de esperar a existência de um elevado número de mulheres que funcionem como trabalhadores familiares não remunerados. As características próprias da actividade agrícola dominante – a criação de vacas para a produção de leite em espaços relativamente longe da habitação familiar – não são de molde a suscitar um envolvimento directo das mulheres nas actividades produtivas. Além disso, na nossa observação do campo e das localidades açorianas podemos denotar a quase inexistência de hortas e criação de animais à volta da residência familiar (ou próximo), especialmente na ilha de S. Miguel (que dá conta de sensivelmente metade dos efectivos). Noutras regiões, estes espaços de cultivo ocupam boa parte do dia de trabalho das mulheres como trabalhadores familiares não remunerados na agricultura.

Essa masculinidade de uma das mais importantes actividades económicas privadas na RAA constitui, certamente, um obstáculo de monta ao ingresso das mulheres no mercado de trabalho. O mesmo



se pode dizer, provavelmente ainda com mais propriedade, acerca de sectores como a construção civil e as pescas, embora este último conte com muito menos efectivos.

Contudo, o crescimento da actividade feminina que se verifica, sobretudo, desde 2000, na nossa opinião, está relacionado com a crescente importância dos serviços, já não apenas os do sector público, mas também os ligados ao recente crescimento do turismo. Este, é um sector em que, tradicionalmente, as mulheres têm uma forte presença, representando um conjunto de novas oportunidades de emprego para as açorianas, muito embora a maioria dos empregos oferecidos nesta actividade sejam mal pagos e relativamente desqualificados.

Podemos considerar, pois, que muitas das oportunidades de emprego oferecidas dizem respeito a actividades desqualificadas, precárias, perigosas e profundamente segregadoras, em termos de género.

No que respeita ao perfil dos indivíduos, as competências escolares também não contribuem para que seja de outra maneira, dada a menor escolarização dos beneficiários em relação aos açorianos.

Sabemos que quanto menor for a escolaridade formal maior será a taxa de pobreza, dado que o ensino secundário é a escolaridade mínima exigida num contexto social cada vez mais complexo – implicando a mobilização de competências de leitura e cálculo mais avançadas – e com uma oferta de empregos caracterizada pela exigência de escolaridades cada vez maiores, às quais corresponde, aliás, um rendimento superior, como mostrado para o caso dos Açores por Rocha *et al.* (2005: 108-109).

Tabela 1
População residente com
o ensino secundário completo

	% pop. da Região	% total do país
Portugal	15,65	15,60
Continente	15,78	15,04
Norte	13,04	4,64
Centro	13,80	3,13
Lisboa	21,46	5,51
Alentejo	14,23	1,07
Algarve	18,01	0,69
Açores	11,85	0,28
Madeira	13,99	0,33

Fonte: INE, Anuários estatísticos 2001
(N de Portugal=1 620 816)

Neste sentido, analisando a tabela *supra* texto, podemos verificar que os Açores apresentam um valor baixo em relação ao país, sendo mesmo o menor de entre todas as regiões nacionais.

Contudo, a fragmentação da Região num número considerável de espaços menores, as ilhas, tem consequências ao nível da escolaridade se verifique na ilha de S. Miguel as maiores desigualdades, concentrando as escolaridades mais elevadas mas também as mais baixas (Rocha *et al.*, 2005: 60).

Se os beneficiários têm escolaridades mais baixas do que a média dos açorianos, acabam por não destoar do contexto onde se inserem.



CONCLUSÃO

Os Açores têm uma parte substancial da sua população enquadrada na medida de apoio social RMG/RSI, mesmo numa situação de relativa prosperidade que se tem vivido na economia regional, mau grado os piores indicadores nacionais. Ao analisarmos essa população, encontramos nos nossos dados alguns resultados sobre a sua relação com o universo do trabalho que se traduzem por uma posição extremamente desfavorável, onde grassam as ocupações não relacionadas com o trabalho e o emprego. São, aliás, resultados que poderíamos esperar encontrar na análise de indivíduos em situação de pobreza não fora um pormenor: muitos dos beneficiários em idade activa trabalham, mas, apesar disso, existe um número substancial que não se relaciona com o mundo do trabalho.

Neste sentido, a ideia de que a pobreza está associada à ausência de rendimento com origem no desemprego não explica a situação de uma boa parte das famílias envolvidas e não explica porque é que existem tantas mulheres na situação de doméstica dado que o rendimento adicional proporcionado pela sua entrada no mercado de trabalho poderia proporcionar rendimentos que tornassem a situação económica e social da sua família mais confortável, podendo mesmo levar a deixar de ter sobre si o ónus social e económico da associação à pobreza. Assim, procuramos perceber até que ponto esta situação é condicionada pela especialidade económica da Região. Pudemos perceber, através de vários indicadores, que a forma como o mercado de trabalho se estrutura desempenha um papel central no relacionamento com o universo do trabalho dos beneficiários do RMG/RSI nos Açores, potenciando a sua situação de pobreza e ajudando a perceber que não é a ausência de trabalho que explica a falta de rendimento de boa parte e que o estatuto de doméstica, com tudo o que tem de limitativo para as próprias e para as suas famílias, pode ser mais uma imposição da organização social do que uma opção pessoal ou familiar.

A relativa correspondência entre as características da população beneficiária do RMG/RSI e a dos Açores em geral, no que respeita às questões do universo do trabalho permite-nos colocar a hipótese de que o efeito desta medida de apoio social é baixo, pelo menos no que respeita às questões do trabalho, dependendo as possíveis modificações da situação de pobreza destes indivíduos mais das transformações sociais e das políticas mais gerais de apoio ao desenvolvimento do que das políticas específicas de combate à pobreza. Isto não significa que estas políticas não possam desempenhar um papel importante na redução da intensidade da pobreza como vimos noutra trabalho (Diogo, 2003, 2007).

BIBLIOGRAFIA

- ACCARDO, Alain (1991), *Initiation à la sociologie: L'illusionnisme social: Une lecture de Bourdieu*, Bordeaux, Le Mascaret, (ed. reformulada, 1ª ed, 1983).
- BOURDIEU, Pierre (1979a), "Les trois états du capital culturel", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 30, pp. 3/6.
- BOURDIEU, Pierre (1979b), *La distinction: Critique social du jugement*, Paris, Minuit.
- BRANCO, Rui e Gonçalves, Cristina (2001), "Exclusão Social e pobreza(s) em Portugal: uma primeira abordagem aos dados do Painel dos Agregados Familiares da União Europeia (1994-1997) in *Conferência Internacional – o Modelo Latino de Protecção Social*, ISEG, Setembro in www.ine.pt.
- CAPUCHA, Luís (1998), "Exclusão social e acesso ao emprego: paralelas que podem convergir", *Sociedade e Trabalho*, nº 3, pp. 60/69.



- CAPUCHA, Luís; Castro, José; Gonçalves; Helena Seita; Pegado, Elsa; Santos, Paulo Costa e Saleiro, Sandra Palma (1996), *Relatório de avaliação do Subprograma Integrar: Problemas de Inserção Sócio-profissional de Grupos Desfavorecidos*, Lisboa, CIES (policopiado).
- CAPUCHA, Luís (1999), *Grupos desfavorecidos face ao emprego: tipologias e quadro básico de medidas recomendáveis*, Lisboa, Observatório do Emprego e da Formação Profissional.
- CARREIRA, Henrique Medina (1996), *As políticas sociais em Portugal*, Lisboa, Gradiva.
- COSTA, Alfredo Bruto da (1991), "Quelques facteurs d'Appauvrissement dans un pays Méditerranéen: le cas du Portugal", in Henry, Paul Marc – *Pauvreté, progrès et développement*, Paris, L'Harmattan.
- COSTA, Alfredo Bruto da; Silva, Manuela; Pereirinha, J. e Matos, Madalena (1985), *A pobreza em Portugal*, Lisboa, Cáritas.
- DIOGO, Fernando (2003), *Trabalho e Rendimento Mínimo Garantido: Tensão identitária e (re)produção das identidades sociais*, Ponta Delgada, Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade dos Açores, policopiado.
- DIOGO, Fernando, (2006), "Para uma crítica dos conceitos de pobreza e exclusão social em contexto português" *Fórum Sociológico*, nº15/16, pp. 261/276.
- DIOGO, Fernando (2007), *Pobreza, Trabalho, Identidade*, Oeiras, Celta.
- GLEWWE, Paul e Gaag, Jacques Van der (1989), *Confronting poverty in developing countries: definitions, information and policies*, Washington, World Bank, (imp.).
- LAVILLE, Jean Louis (2001), "Inserção e *workfare* na Europa: perspectiva histórica e ideológica: reflexões a partir do exemplo francês" in Instituto para o Desenvolvimento Social – *Políticas e instrumentos de combate à pobreza na União Europeia: a garantia de um rendimento mínimo*, Lisboa, IDS, pp. 141/165.
- MATIAS, José Maria (2000), "Administração e serviço público: algumas notas sobre o caso dos Açores" in *XX conferência anual da comissão das ilhas*, Kos, 11 E 12 de Maio, policopiado.
- OGIEN, Ruweu (1983), *Théories ordinaires de la pauvreté*, Paris, PUF.
- PAUGAM, Serge (1991), *La désqualification sociale: essai sur la nouvelle pauvreté*, Paris, PUF.
- PAUGAM, Serge (1996), "Pauvreté et exclusion" in Paugam, Serge (Dir.) – *L'exclusion l'état des savoirs*, Paris, Éditions la Découverte, pp. 389/404.
- POLLNAC, Richard e Carmo, Francisco (1988/89), "Relações de parentesco e tripulações piscatórias: abordagem sociológica na freguesia de Rabo de Peixe", Ponta Delgada, *Arquipélago*, série Ciências Sociais, nº 3-4, pp.139/151.
- PONTES, Inésia (2006), *As trajetórias sociais dos lavradores micalenses*, Ponta Delgada, Trabalho final do Seminário do Curso de Sociologia (Policopiado).
- ROCHA, Gilberta, Santos, Amélia e Tomás, Licínio (2005), *Entre margens: percursos para uma vida activa*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Sociais e DRJEFP.
- ROCHA, Gilberta; Medeiros, Octávio; Tomás, Licínio; Madeira, Artur e Borralho, Álvaro (1999), *A situação das mulheres nos Açores*, Ponta Delgada Assembleia Legislativa Regional/Centro de Estudos Sociais.
- RODRIGUES, Maria João (1988), *O sistema de emprego em Portugal: crise e mutações*, Lisboa, D. Quixote.
- SILVA, Manuela e Costa, Alfredo B. (coord.) (1989), *A pobreza Urbana em Portugal*, Lisboa, Cáritas.



TOWNSEND, Peter (1993), *The International Analysis of Poverty*, Hemel Hempstead (Inglaterra), Harvester Wheatsheaf.

Fontes:

Base de dados do IAS (2002)

CARVALHO, Lino de (1996), [*Discurso de defesa do projecto de lei sobre um Rendimento Mínimo*], 10 de Maio in [http://debates.parlamento.pt/r3/dar/ Imp_img_dar.asp](http://debates.parlamento.pt/r3/dar/Imp_img_dar.asp), pp. 2210/2212 [*Diários da Assembleia da República*, I série, nº 68, de 10 de Maio de 1996, pp. 2210/2212].

Comissão Europeia (1998), *Comunicação da Comissão sobre o trabalho não declarado*, Bruxelas, Policopiado.

DGAS (1996), *Ficha de processo familiar: grelhas de codificação*, Lisboa, Direcção Geral de Acção Social.

Diários da Assembleia da República, I Série (2003), nº 110, pp. 4619 e ss de 11 de Abril

IAS (2007), Estatísticas da Segurança Social

INE (2001) Recenseamento Geral da População

INE (2001), Anuários estatísticos

INE (2008) in www.ine.pt acedido em 25 de Maio de 08

SREA (2002), *Inquérito ao emprego: 4ª trimestre de 2001*, Angra do Heroísmo, SREA.

SREA (2005), [página de abertura] in www.srea.ine.pt

SREA (2008), in estatistica.azores.gov.pt acedido em 25 de Maio de 08

Tribunal de Contas (2000), *Auditoria aos sistemas de atribuição e controlo do Rendimento Mínimo Garantido*, Documento Policopiado, Janeiro.

- ⁱ Com efeito, podemos situar os primeiros estudos extensivos nos anos 80. Cf. Costa e Silva 1985: 17 e Silva e Costa 1989, cf. também Costa, 1991: 167.
- ⁱⁱ Cf., por exemplo, Capucha (1996, 1998 e 1999) e Diogo (2007) como das poucas excepções.
- ⁱⁱⁱ Para uma análise das principais noções de pobreza e da sua crítica, veja-se Diogo (2006 e 2007).
- ^{iv} Cf. As observações de Accardo (1991) sobre o papel da sociologia marxista na construção das classes sociais.
- ^v Esta dimensão tem sido salientada por autores como Ogien 1983 e Paugam 1991 a partir da noção de assistido de Simmel.
- ^{vi} Assinada por Silva Penada, então ministro da Segurança Social do Governo do Prof. Cavaco Silva. Cf. Tribunal de Conta (2000: 11) e Capucha (1998: 3).
- ^{vii} Para as datas de entrada em funcionamento dos equivalentes funcionais do RMG, assim como uma descrição de algumas das especificidades internacionais, cf. Tribunal de Contas (2000: 12), cf. também Capucha (1998: 3). Tenha-se ainda em atenção que alguns textos indicam que, para além de Portugal e da Grécia, também a Itália se encontra a desenvolver tardiamente a medida (Laville, 2001, 157, assim como Carvalho, 1996: 2210/2212).
- ^{viii} Sobre a atribuição deste processo de transformação é de notar que a proposta de lei apresentada pelo Governo da República em Junho de 2002 teve alguns dos seus artigos declarados inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional e foi vetada politicamente pelo Presidente da República, Jorge Sampaio. Para um exemplo das posições dos partidos da maioria consulte-se o debate na AR de 11 de Abril de 2003, designadamente, as posições da Deputada Ana Manso (PSD), Álvaro Castelo-Branco (CDS/PP) e do Ministro do Trabalho e da Segurança Social, Bagão Feliz (Diários da AR I Série, nº 110, pp. 4619 e ss).
- ^{ix} Muito embora a comparação em causa tenha as suas limitações, dado que a taxa de desemprego oficial é calculada com base em critérios relativamente claros, enquanto que na ficha de processo familiar a declaração de desemprego depende da subjectividade do próprio e da do técnico (DGAS, 1996 e SREA, 2002).
- ^x Embarcação costeira típica das ilhas dos Açores e em particular das comunidades piscatórias mais numerosas de S. Miguel. A saber, por ordem do número de pescadores: Rabo de Peixe, Ribeira Quente, Lagoa e Mosteiros. Com pólos menos significativos temos outros locais, como a Maia e o Porto Formoso. A chamada pesca de “alto”, envolvendo estadias no mar superiores a algumas horas, é realizada em S. Miguel (ao contrário das outras ilhas) por profissionais continentais, madeirenses e cabo-verdianos. Informação recolhida junto da direcção do sindicato dos pescadores. Para uma descrição de algumas implicações sociológicas associadas a este tipo de embarcação, consulte-se Pollnac e Carmo, (1988/89).
- ^{xi} Fonte: SREA (2002). Trata-se do mesmo período em que foi realizada a recolha para a produção da base de dados.
- ^{xii} Entende-se por esta os descontos com efeitos num acréscimo de protecção social no desemprego, na doença e na reforma.
- ^{xiii} Cf. Rodrigues (1988: 205 e sobretudo 223); Comissão Europeia (1998); e Diogo (2007). Para o caso dos conceitos de perigosidade e de penosidade veja-se Diogo (2007: capítulo 4).